

AS CONJUNÇÕES *POIS* E *PORQUE* SOB UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO- ARGUMENTATIVA

THE CONJUNCTIONS *POIS* AND *PORQUE* A SEMANTIC- ARGUMENTATIVE APPROACH

Ânderson Rodrigues Marins (UERJ)

RESUMO No presente estudo, as conjunções *pois* e *porque* serão submetidas a uma análise semântico-argumentativa, tendo em vista que o tratamento dado a elas, ao menos no Brasil, ainda merece reflexão, sobretudo no que diz respeito às relações de causa e explicação que esses conectores argumentativos conferem às orações. A base teórica para essa abordagem são os trabalhos desenvolvidos por Oswald Ducrot (1971, 1977, 1987) acerca da Semântica Argumentativa. Com esses estudos de Ducrot, mostra-se que a taxonomia que as gramáticas apresentam há já pelo menos uns cinquenta anos, além de extremamente limitada, não leva em conta outros fatores relativos às conjunções mais significativos, como, por exemplo, a organização que dão ao discurso e à estruturação do texto. Há algumas exceções como, por exemplo, Neves (2000) e Azeredo (2010). Também servirão de base à pesquisa os trabalhos de Vogt (1989), Guimarães (2002) e Koch (2003, 2006, 2008 e 2010). Vê-se que, em algumas gramáticas normativas (cf. Rocha Lima (2010), Evanildo Bechara (2003) e Cunha e Cintra (2001)), a classificação das conjunções em questão, em coordenativas explicativas ou subordinativas causais, não é inteiramente clara. Quando da investigação sobre o *pois* e o *porque*, serão realizadas análises das incidências em *corpus* de língua escrita contemporânea, com exame de textos do gênero jornalístico (jornal e revista) e do gênero “manual de instrução” – todos em linguagem formal. Assim, o presente trabalho busca apresentar um estudo acerca de fatores envolvidos entre as características dessas conjunções e também entre as relações de causa e explicação.

Palavras-chave: conjunções, causa e explicação, semântica-argumentativa.

ABSTRACT In this research, the conjunctions *pois* and *porque* have been submitted to a semantics-argumentative analysis aiming at the procedure given to them, at least in Brazil, which still deserves some thought about it, mainly about their relationship between cause and explanation that these argumentative connectors give to the sentences. The theoretical basis to this approach is the researches developed by Oswald Ducrot (1971, 1977, 1987) concerning Argumentative Semantics. In these Ducrot's researches, it can be shown that the taxonomy presented by grammar books for at least fifty years, besides being limited, does not take into account other significant considerations related to conjunctions, for instance, the organization these conjunctions give to the discourse and the text structure. There are some exceptions, for instance, as Neves (2000) and Azeredo (2010). It will also be considered as a basis for the research the studies of Vogt (1989), Guimarães (2002) and Koch (2003, 2006, 2008 and 2010). It can be noticed that, in some normative grammar books (e.g. Rocha Lima (2010), Evanildo Bechara (2003) and Cunha e Cintra (2001)), the rating of these conjunctions, in coordinative explanatory clauses or subordinating causative ones, is not entirely clear. When investigating about *pois* and *porque*, analysis of implications in contemporary written language *corpus* will be done, by examining texts from 'news world' (newspapers and magazines) and handbooks - all of them in formal language. Therefore, this research aims to present a study about factors involved in the characteristics of these conjunctions and also between the relationship of cause and explanation.

Key words: conjunctions, cause and explanation, argumentative-semantics

Introdução

O estudo da significação da palavra avaliada na sua relação com outras palavras no conjunto do léxico faz parte, na tradição dos estudos linguísticos no Brasil, da Semântica Argumentativa. Essa área interessa de modo peculiar porque se dedica ao binômio linguagem/argumentação, e esta relação é categórica quando se buscam explicar as relações entre enunciados de orientação argumentativa e seus conteúdos semânticos.

A linguagem carrega marcas da argumentatividade, por isso é válido afirmar que as relações ideológicas e/ou argumentativas estabelecidas pelas conjunções, verdadeiros operadores de argumentação, vão nortear uma estrutura linguística. A rigor, o valor argumentativo das palavras é responsável pela orientação argumentativa dos enunciados.

Hoje não resta dúvida de que a função das conjunções é bipartida:

a) Organizar textos e a reboque indicar de que maneira uma parte do discurso está vinculada a outra e deixar mais clara a conexão entre o que já foi e o que será dito.

b) Conduzir o leitor a interpretar nossas frases como desejamos, determinando, muitas vezes, a avaliação que pretendemos que ele faça dos argumentos apresentados (cf. MORENO; MARTINS, 2006, p. 173).

Com o desenvolvimento da Linguística Textual, nos últimos trinta anos, as conjunções, antes mencionadas em capítulos anódinos das gramáticas, passaram a ocupar o centro das atenções, devido a sua reconhecida eficácia. Num sentido geral, conectivos¹, conectores ou conjunções são itens gramaticais que promovem a junção entre elementos, como sintagmas, orações e enunciados, em discursos orais e escritos. Essas conjunções acolhidas aqui como objeto de estudo introduzem, nas orações em que estão presentes, ideias de causa e/ou explicação². Em relação ao *pois* e ao *porque*, sabe-se que se encontram arrolados por alguns gramáticos tanto no grupo das coordenativas sindéticas explicativas (o primeiro também aparece entre as coordenativas sindéticas conclusivas, caso de que não se tratará neste estudo) como no das subordinativas adverbiais causais. Esta abordagem, no entanto, limita-se ao tema do presente estudo, o

¹ Há autores que, segundo Mattoso Camara Jr. (*apud* ROSA, 2006, p. 113), reservam a denominação *conjunções* somente para as coordenativas, interpretando as subordinativas e as preposições como *conectivos subordinativos*. Antenor Nascentes (1960, p. 138), por exemplo, confere a denominação de *conectivos* às palavras que estabelecem ligações entre palavras ou entre frases os quais seriam as preposições, os pronomes relativos e as conjunções [coordenativas].

² Existem outros estudos cujo objetivo consiste em descrever o comportamento de diferentes conectores, entre os quais o *pois* e o *porque*, que introduzem orações causais e explicativas na história do português (cf. FIÉIS; LOBO, 2008).

da análise semântico-argumentativa das conjunções *pois* e *porque*, caso que a desvincula das chamadas orações assindéticas, reduzidas e justapostas.

Neste estudo, apresentam-se nuances semânticas expressivas em relação às conjunções *pois* e *porque*. Seguindo os estudos de Vogt (1989), Guimarães (2002) e Koch (2006), submeter-se-ão esses conectivos a uma série de testes: o da interrogação, o da negação, o do encadeamento, o da extraposição e o da quantificação. Serão observadas também as análises de Neves (2000, p. 804-8, 815-8) e Azeredo (2010, p. 324; cf., também p. 71-8, 287).

Delimitação dos Objetivos

Para que fazer uma análise semântico-argumentativa das conjunções *pois* e *porque*?

Se a língua é um sistema de produção de sentidos por meio de enunciados linguísticos, ela agasalha, entre outros sistemas, o semântico; nesse contexto, os *operadores argumentativos* - termo cunhado por Oswald Ducrot, criador da Semântica Argumentativa - são elementos da gramática da língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam (cf. KOCH, 2010, p. 30). Para uma abordagem reflexiva acerca da língua portuguesa, adota-se a perspectiva da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação) e recuperam-se aquelas conjunções por serem precisamente elas que instauram o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, portanto, em marcas linguísticas importantes da enunciação.

Os *operadores argumentativos* (ou *discursivos*) têm sido alvo de uma série de estudos importantes, na perspectiva da Semântica Argumentativa. Entre estes, pode-se mencionar os de Ducrot acerca dos operadores *para que*, *de modo que*, *porque*, *pois*; Ducrot e Vogt, acerca do *mas*; Vogt, acerca dos operadores de comparação (*mais que*, *menos que*, *tanto que*, etc.), *mesmo*, *ainda*, *também*; Vogt, acerca do *porque*, *pois* e *já que*; Salomão e Geraldi, acerca do *se* (cf. KOCH, 2006, p. 130).

Na *macrossintaxe do discurso* - denominação dada por Koch (cf. 2006, p. 103) à semântica argumentativa - o estudo das conjunções *pois* e *porque* envolve diversos tipos de relações de ordens semânticas e/ou pragmáticas. Isto se dá porque esses operadores argumentativos são responsáveis por diversos tipos de encadeamento entre orações, enunciados ou partes do texto. O primeiro estabelece uma relação de explicação ou

justificativa – quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro que justifica ou explica o anterior – entre as relações pragmáticas, discursivas ou argumentativas; o segundo, por sua vez, estabelece uma relação de causalidade – quando uma das orações encerra a causa que acarreta a consequência contida na outra – entre as relações lógico-semânticas (*idem*, 2003, p. 68-73).

Sendo assim, busca-se, especificamente, com este estudo:

- evidenciar os casos em que uma conjunção estabelece discursivamente relações de explicação;
- evidenciar os casos em que uma conjunção estabelece discursivamente relações de causa;
- discutir aspectos semânticos da argumentatividade no uso de conectivos que introduzem a explicação e a causa;
- apresentar nuances semânticas que distinguem as conjunções *pois* e *porque*.

A visão de compêndios da tradição gramatical brasileira

Nesta seção, serão expostos textos que servem apenas como ponto de partida para a realização da análise, pois também serão avaliados.

Por apresentarem pontos de vista semelhantes quanto à concepção do que são, assim como do papel desempenhado pelas conjunções, a visão tradicional pode ser assim resumida (cf. ILARI, 1996):

- a) seriam as conjunções palavras de função conectiva, com a capacidade de ligar orações, característica que distinguiria conjunções de preposições;
- b) uma conjunção típica é externa às orações que conecta, não exercendo qualquer função sintática, diferenciando-se dos pronomes relativos, que, além de ligarem orações, exercem função gramatical;
- c) as conjunções podem ser classificadas como subordinativas ou coordenativas, dependendo da relação estabelecida entre as orações ligadas;
- d) as conjunções subordinativas podem ter valor integrante ou circunstancial.

Rocha Lima, Bechara, Cunha e Cintra e Azeredo em suas respectivas gramáticas

É importante lembrar que uma relação estreita entre a definição da oração e a conjunção que a encabeça costuma ser instaurada. É exatamente o que se encontra em

Rocha Lima. Em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2010), afirma que as orações coordenadas sindéticas recebem o nome das conjunções que as iniciam. Páginas à frente, encontra-se a afirmação de que as orações subordinadas adverbiais causais indicam o fato determinante da realização, ou não realização, do que se declara na principal. Quando na forma desenvolvida, vêm encabeçadas pela conjunção típica *porque*³ (*op. cit.*, p. 322, 341).

Para Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2003), as orações coordenadas estão ligadas por conectores chamados conjunções coordenativas, que apenas marcam o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre conteúdos de pensamentos designado em cada uma das orações. Quanto aos tipos de orações subordinadas adverbiais, afirma que se iniciam pelo transpositor⁴ *que*, acompanhado de preposição ou advérbios ou de outras unidades adverbiais: Causais – quando a subordinada exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento expresso na oração principal. E na lista de conjunções dessa oração está o *porque* (*op. cit.*, p. 477-8, 493).

Para Cunha e Cintra, em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001), a oração será coordenada sindética explicativa se a conjunção for explicativa. No rol de conjunções explicativas estão, entre outras, o *pois* e o *porque*. Os autores também afirmam que será oração subordinada causal aquela que se iniciar com conjunção subordinativa causal. Na lista de conjunções causais estão igualmente, entre outras, o *pois* e o *porque* (*op. cit.*, p. 597, 605).

Azeredo (2010) considera as conjunções *pois* e *porque* como explicativas: *Já podemos atravessar, pois (ou porque) as águas baixaram um pouco*. O autor também afirma que elas iniciam um argumento para uma tese/opinião ou uma atitude expressa na oração anterior: *Tínhamos obrigação de ganhar o jogo (opinião/tese), pois nossa equipe estava mais preparada (argumento); Levem agasalhos (atitude), porque no alto da serra a temperatura é muito baixa (argumento)* (*op.cit.* p, 308).

Ainda segundo o autor (*idem*, p. 324), nas orações adverbiais, a causa é indicada correntemente pelas conjunções *porque* e *pois*. Essas duas introduzem a oração causal que vem após a principal: *Decidimos voltar a pé da festa porque não havia mais ônibus de madrugada*. Azeredo (*op. cit.*, p. 324; cf., também p. 71-8, 287), por exemplo,

³ O autor afirma que em vez desta podem figurar, com leves matizes de emprego, outras conjunções; entre as quais o *pois*.

Ensina Said Ali (*apud* ROCHA LIMA, *op. cit.*, p. 341) que “As conjunções *pois, pois que, porquanto*, servem para mostrar que a causa é um acontecimento evidente: Os maus não têm juízo, *pois* deixam a Deus pelo mundo.”

⁴Cf. Bechara (*op. cit.*, p. 319 e 323), para melhor entender o conceito e o papel deste termo.

admite o fato de que entre as conjunções causais, apenas *porque* pode ser precedida de um vocábulo focalizador ou de realce, como *só, até, mesmo, justamente* etc., que quase nada acrescenta ao conteúdo da proposição, mas que atua na dimensão ilocutória do discurso, com a finalidade de transformar certa parcela do enunciado em foco da informação:

*Decidimos voltar da festa a pé **justamente porque** não havia mais ônibus de madrugada.*

*O socorro às vítimas será feito com helicópteros, **até (ou mesmo) porque** as estradas estão interditadas.*

As duas conjunções em questão são ainda atribuídas às relações de causalidade se a realização de um evento/fato depende ou decorre da realização de outro. A associação causal entre dois fatos de nosso conhecimento é, certamente, um ato de percepção e de compreensão, que se pode codificar de formas variadas na linguagem, até mesmo por meio de conectivos. Em *Passando pela rua já tarde da noite, posso perceber que a luz da sala de meu vizinho está acesa e concluir: ele ainda está acordado*, tem-se uma relação de causalidade entre dois dados: a luz acesa (causa) e a vigília de meu vizinho (efeito). Essa relação é uma construção do raciocínio que denota uma compreensão da situação: a luz acesa me leva a fazer uma inferência. Pode-se, assim, dizer, ou meramente pensar: *Ele ainda está acordado, **pois (já que, porque)** a luz da sala está acesa*; ou, numa forma variante: *Se a luz da sala está acesa, ele ainda está acordado*. Sob o ponto de vista do discurso, causa ou efeito não constitui um valor inerente a um fato na sua relação com o outro, mas uma possibilidade de sentido conforme a necessidade de compreensão – ou de verbalização – do evento que se está testemunhando. O emprego do conectivo tem a função de explicitar esse valor, limitando a compreensão da respectiva oração (*idem*, p. 323).

Pressupostos teórico-metodológicos

A essa altura do texto, define-se a linha teórica deste trabalho, ou seja, os textos que realmente serão importantes para a análise do *corpus*. Apresentam-se, ainda, algumas reflexões sobre o uso de determinados processos aqui estudados, seguindo-se a visão dos autores relacionados neste trabalho que discutem direta ou indiretamente conceitos referentes ao tema proposto.

Oswald Ducrot

Este estudo se ampara na *Teoria da Argumentação na Língua (TAL)*, observando, sobretudo, sua última fase, denominada *Teoria dos Blocos Semânticos (TBS)*, cujos alicerces se fundamentam no quadro do estruturalismo saussuriano e nas teorias da enunciação, nos quais colhe alguns conceitos, alterando-os e desenvolvendo-os. Essa abordagem daria conta de explicar qualquer sentido possível na língua, por mais que possa ser tachado de absurdo, curioso ou, para utilizar um termo pertencente à própria teoria, paradoxal. Ducrot parte de um preceito central de que *a argumentação está na língua*, e assim propõe a *Semântica Argumentativa*.

A proposta do linguista francês focaliza o produto da *enunciação* – o *enunciado* – e, como teoria semântica, o sentido do enunciado. Para Ducrot, a enunciação é o evento que constitui o aparecimento de um enunciado em determinado momento do tempo e do espaço. Já o enunciado é um segmento do discurso, é um fenômeno empírico, que depende de um lugar, uma data, um produtor e um ouvinte, e não se repete. A reboque de cada nova enunciação, mesmo que da mesma sequência, vem um novo enunciado. Nesse sentido, a *frase* é uma estrutura abstrata, não se trata de um sequência de palavras escritas. O enunciado é a realização concreta de uma frase. O valor semântico da frase é denominado, por Ducrot, de *significação*, isto é, uma instrução que explica o sentido de seus enunciados no discurso. O valor semântico do enunciado é o *sentido*, que remete à especificidade semântica daquela sequência enunciativa em particular (cf. CAMPOS, 2007, p. 165; DUCROT, 1987, p. 89-90).

A fase atual da TAL defende que a argumentação linguística ocorre mediante um encadeamento argumentativo constituído por dois segmentos de discurso ligados por um conectivo, formando, assim, um bloco de sentido. Isto significa dizer que o sentido de uma entidade linguística é dado pelos encadeamentos argumentativos que ela evoca.

Nessa versão, não se fala de argumentação apenas em enunciados, mas se traz a argumentação para o léxico. A argumentação, portanto, está na língua. Há, desse modo, um propósito no sentido de tornar a teoria cada vez mais lexicalista, visto que, para Ducrot, não é ao mundo que a língua se reporta, mas ao discurso. Para ele, apenas o discurso é doador de sentido, sendo, pois, pré-condição para a significação. Por meio disso, pode-se entender que, se o sentido de uma palavra está nas suas direções

argumentativas e se só o discurso é doador de sentido, então as direções argumentativas são dadas pelo discurso, mas estão inscritas nas palavras e, desse modo, são elas que evocam o discurso.

Aluno de Benveniste, Ducrot foi influenciado por ele, sobretudo no que tange à filosofia analítica, à vinculação do estudo da linguagem ao quadro saussuriano e à enunciação (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 63). Até o final da década de 1980, muitos trabalhos com orientação teórica fundamentada em Oswald Ducrot e Émile Benveniste incluíam-se na área da Pragmática. A evolução dos trabalhos desses autores, no entanto, conferiu a eles campos de estudos e métodos hoje separados dos pragmáticos. A Semântica Argumentativa e a Análise da Conversação são duas correntes outrora participantes do movimento que integrou componentes pragmáticos aos estudos linguísticos. Neste momento histórico da Linguística, são mais enriquecedoras quando estudadas como áreas distintas (PINTO, 2006, p. 51).

A TAL⁵ é uma teoria enunciativa, porque vê no discurso um *eu* (origem) produzindo um enunciado para um *tu* (destino). Ao produzir um enunciado, o *eu* comprova sua presença ao expor um ponto de vista, ou seja, ele argumenta. Assim, produzem-se argumentações mediante relação entre locutor e interlocutor, isto é, o locutor interatua com seu interlocutor apresentando a este sua posição em relação àquilo de que fala. O *valor argumentativo* de uma palavra é a orientação que essa palavra proporciona ao discurso.

No momento em que se interage através da linguagem, têm-se sempre objetivos a serem atingidos. Existem relações que se espera estabelecer, efeitos que se pretende causar, comportamentos que se quer ver desencadeados. Procura-se, ordinariamente, dotar os enunciados de determinada força argumentativa. Por isso se afirma que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo.

A argumentatividade não constitui apenas algo acrescentado ao uso linguístico, mas, em vez disso, está inscrita na própria língua. O uso da linguagem é inerentemente argumentativo, o que se pode tornar ainda mais evidente quando esse uso está relacionado à vida jurídica. Para o profissional do Direito, por exemplo, tudo é linguagem, visto que ela é o singular instrumento de que ele dispõe para tentar convencer, refutar, atacar ou defender-se, e é também na linguagem que se efetivam as

⁵ Importante estudo acerca das fases da Teoria da Argumentação na Língua encontra-se em Campos (2007).

leis, as petições, as sentenças ou as mais ínfimas cláusulas de um contrato (cf. MORENO; MARTINS, 2006).

Por fim, Oswald Ducrot propõe o estudo da argumentação que tem por função “orientar” a sequência do discurso e, portanto, representar uma maneira de agir sobre o outro (interlocutor ou destinatário) (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 202). E, para designar a imagem do locutor como ser do discurso, Ducrot recorre a uma noção de *ethos* efetivamente muito próxima da concepção aristotélica, o que constitui um ponto de encontro entre duas teorias divergentes da argumentação: a argumentação dos retóricos, interessados por certos usos argumentativos do discurso e pelas técnicas discursivas que visam a persuadir, e a pragmática-semântica, que considera que a argumentação, definida como a lógica dos encadeamentos de enunciados, está inscrita na língua (AMOSSY, 2008, p. 9-15).

Carlos Vogt

É notório que, entre os operadores argumentativos, destacam-se os que são classificados pelos compêndios de gramáticas como conjunções coordenativas explicativas e subordinativas causais. Nessa bipartição, entram em cena as conjunções *pois* e *porque*. Por ser discutível do ponto de vista semântico, a “distinção entre os dois tipos de conjunção, sobretudo quando se trata de *pois* e *porque*, não é absolutamente clara e os critérios utilizados para tanto, por serem apenas indicativos de intuições possíveis, insistem em repetir a diferença e adiam a explicação provável” (VOGT, 1989, p. 44-5).

Em seu estudo, Vogt (*op.cit.*) propõe reflexão acerca das nuances de significado que distinguem as conjunções *pois* e *porque*. Entre as distinções que dizem respeito à conjunção *pois*, está o fato de que o relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *pois* (p *pois* q) não pode a) nem ser submetido a uma negação, b) nem ser questionado, c) nem se prestar ao encadeamento, isto é, tornar-se em bloco a subordinada de uma outra proposição, e d) nem constituir-se no escopo de um quantificador, sem que isso provoque um rompimento semântico.

Submetida a enunciação *Pedro parou de trabalhar, pois são 5 horas* à negação e à interrogação, tem-se:

- a) *Pedro não parou de trabalhar, pois são 5 horas.*
- b) *Pedro parou de trabalhar?, pois são 5 horas.*

Nestes casos, tanto em uma quanto em outra, apenas a primeira proposição (p) é negada ou interrogada e não o bloco todo (p pois q), o que demonstra o fracionamento semântico de uma aparente unidade de informação.

Submetida a frase *Ele está em casa, pois seu carro está na garagem* ao encadeamento, tem-se:

c) *Creio que ele está em casa, pois seu carro está na garagem.*

Aqui não foi o bloco p pois q que foi encadeado, mas somente a proposição p . O que antes era uma espécie de justificação para *Ele está em casa* agora o é para a minha crença sobre o fato de ele estar em casa – *Creio que ele está em casa.*

Quando, sob um quantificador, o enunciado *Os turistas virão, pois está calor* é modificado para:

d) *Poucos turistas virão, pois está calor.*

Aqui, também, o quantificador incide apenas sobre p - *Os turistas virão* – e não sobre o bloco todo p pois q . Assim, parece difícil alcançar modificações no conjunto do bloco p pois q . Submetidos às transformações – da negação, da interrogação, do encadeamento e da quantificação –, eles voltam a face de sua duplicidade, rompendo a aparente unidade de conteúdo pela exposição de seus dois componentes: de um lado tem-se p modificado para p' através das transformações mencionadas, e de outro, $pois q$ aplicando-se ao elemento assim modificado (cf. VOGT, *op. cit.*, p. 53-5).

Entre as nuances de significado no relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *porque* está o fato de que, quando é aplicada uma série de transformações similar à anterior, no bloco p porque q , o resultado de sua aplicação gera duas interpretações: uma delas mostra sempre a integridade do bloco e a outra a sua ruptura.

Alterando-se a frase *Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas* para a negativa obtém-se:

a) *Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas.*

Como resultado, têm-se as duas explicações:

1ª) Não é porque são 5 horas que Pedro parou de trabalhar (mas por outra razão). Aqui há conservação do bloco e a negação incide sobre todo o enunciado.

Enquanto que em:

2ª) Pedro não parou de trabalhar, e isso porque são 5 cinco horas, há rompimento do bloco p porque q .

Alterando-se a frase *Pedro irá à sua casa porque prometeu* para a interrogativa, tem-se:

b) *Pedro irá à sua casa porque prometeu?*

As explicações possíveis são:

1ª) A causa da ida de Pedro à sua casa será a promessa que ele fez? Neste caso, há integridade do bloco.

2ª) Pedro irá à sua casa? Questiono porque a sua promessa não dá garantia à sua ida. Neste outro caso há desintegração do bloco.

Submetido o enunciado *Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas* ao encadeamento, tem-se, por exemplo:

c) *Creio que Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas.*

Também aqui é possível se obterem duas interpretações:

1ª) Creio que a causa de Pedro ter parado de trabalhar é que são 5 horas. Neste tem-se a conservação do bloco.

2ª) Creio que Pedro parou de trabalhar, e a causa de minha crença é que são 5 horas. Aqui há o rompimento do bloco.

Submetido o enunciado *Os turistas virão porque está calor* à ação de um quantificador, colocado no seu início, tem-se, por exemplo:

d) *Poucos turistas virão porque está calor.*

Do mesmo modo, podem-se obter duas interpretações:

1ª) Para poucos turistas, a causa de sua vinda será o calor. Há conservação do bloco.

Ao passo que em:

2ª) Poucos turistas virão, e isto porque está calor, há ruptura do bloco.

Conclui-se que a conjunção *porque* apresenta como ambiguidade fundamental a capacidade de explicar, pelo elo da causalidade que estabelece entre o conteúdo de duas proposições, o conteúdo da primeira pelo conteúdo da segunda. Além disso, possui um comportamento que a aproxima da conjunção *pois* quando a explicação desliza para um tipo de justificação do que se diz na primeira proposição.

A operação realizada pelas conjunções *pois* e *porque*, na interpretação em que há rompimento do bloco, não se faz no nível dos conteúdos, mas no nível dos atos de fala que instituem esses conteúdos (VOGT, 1989, p. 56-8; cf. também CUNHA, 2008, p. 11-2).

Urge lembrar que as questões vertentes aqui se deparam com outra de modo a inteirar este estudo: as duas conjunções não se encontram arroladas na mesma lista de classificações quanto às coordenativas explicativas e subordinativas causais nos compêndios de gramáticas analisados.

Eduardo Guimarães

Guimarães (2002) apresenta um estudo acerca de enunciados articulados pelas conjunções *logo, pois, já que, e, além disso, não só... mas também, ou... ou, mas, embora, para que, quando, que*. Com efeito, o estudo semântico desenvolvido nesse trabalho deseja, conforme, aliás, afirma o próprio autor, abrir uma relação para além da teoria do texto.

Ver-se-á que a conjunção *porque* não é submetida à série de testes. Em decorrência disso, as nuances de significado ainda podem ser consideradas conforme aquelas analisadas no subitem anterior. Quanto aos testes incoincidentes com os deste subitem, considere-se como resultado o fato de as duas conjunções em questão gozarem do mesmo comportamento.

Quanto ao emprego da conjunção *pois*, Guimarães (*op. cit.*, p. 36, 39 - 41) também leva em conta o modo como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação. E para isso considera a) a possibilidade de inversão das orações, b) a possibilidade de articulação por sobre o limite da frase (na linguagem escrita corresponde à possibilidade de a conjunção articular a oração que inicia com a que vem antes de um ponto), c) o alcance da negação, d) o alcance da pergunta, e) o modo de encadeamento no texto, f) a divisão para dois locutores numa conversa, g) a divisão entonacional no interior de uma frase e a h) correlação dos modos verbais nas orações.

Para efeito de análise toma-se a seguinte frase:

Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

Percebe-se que não há possibilidade de inversão das orações:

a) (?) *Pois se expressa pela vontade de viver, seu fracasso é relativo.*

Seria igualmente estranho caso se quisesse submeter o mesmo enunciado à articulação por sobre os limites da frase:

b) (?) *Seu fracasso é relativo. Pois se expressa pela vontade de viver.*

Sob o alcance da negação, tem-se:

c) *Seu fracasso não é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Aqui a negação não incide sobre a oração iniciada pela conjunção *pois*, mas apenas se nega o fracasso ser relativo. E *se expressa pela vontade de viver* passa a sustentar *o fracasso não ser relativo*.

Veja-se que a pergunta também não incide sobre a frase toda. Em:

d)(?) *Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Impossível ainda parece, segundo Guimarães (*op. cit.*, p. 40), que a pergunta possa incidir sobre uma das orações separadamente e, nesse aspecto, acaba desvinculando-se de Vogt, o qual considera que, nesse caso, apenas a primeira proposição seria interrogada. Segundo Guimarães (*idem*), se a questão fosse feita com *porque* em vez de *pois*, seria uma pergunta possível.

Sob o modo de encadeamento no texto, tem-se:

e) *Creio que seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Aqui *Creio que* encadeia-se com *seu fracasso é relativo*, e em seguida *Creio que seu fracasso é relativo* com *pois se expressa pela vontade de viver*. Assim, a explicação incide sobre *creio que seu fracasso é relativo*.

Na divisão para dois locutores numa conversa parece haver certa estranheza em se encadear, como as formas a seguir, de modo que haja efetivamente dois locutores:

f) L1 – *Seu fracasso é relativo.*

(?) L2 – *Pois se expressa pela vontade de viver.*

Na divisão entonacional no interior de uma frase vemos que cada oração constitui-se num grupo prosódico. Assim, tem-se:

g) *Seu fracasso é relativo/pois se expressa pela vontade de viver.*

Em vez de: *Seu fracasso é relativo pois/se expressa pela vontade de viver.*

Sob a correlação de modos verbais nas orações não parece ser possível:

h) (?) *Seu fracasso é relativo, pois se expresse pela vontade de viver.*

No entanto, é possível:

Seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

Que seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

De acordo com Guimarães (*op. cit.*, p. 41, 106):

Não há, portanto, obrigatoriedade na correlação dos modos verbais, ou melhor, a mobilidade modal entre as orações não é a mesma. Tanto é assim que, mesmo que haja um subjuntivo na primeira oração, a segunda deve vir no indicativo. Isto ocorre também com o imperativo na primeira oração e indicativo na segunda. A oração com *pois* tem uma marcação forte de indicativo.

Há outros casos ainda que se devem considerar. Em enunciados do tipo *Trabalhe, pois isto lhe será útil*, observa-se que com *isto lhe será útil* sustenta-se o ato de *ordenar*, de *aconselhar* e não o predicado *trabalhar*. O emprego desses períodos equivale a dois atos de linguagem diferentes.

Ingedore Koch

Percorrendo a seara da semântica da enunciação, colhem-se, ainda, os estudos de Koch (2003, 2006, 2008 e 2010). Segundo a autora, os *operadores argumentativos* são elementos da gramática da língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam (cf. 2010, p. 30).

Entre os principais tipos de operadores, existem aqueles que estabelecem, entre orações, enunciados ou partes do texto, determinados tipos de relações. Entre elas as lógico-semânticas e as discursivas ou argumentativas.

Entre as relações lógico-semânticas está a relação de causalidade (*p* porque *q*) que ocorre mediante conexão de duas proposições, uma das quais encerra a *causa* que acarreta a consequência contida na outra: O torcedor ficou rouco *porque* gritou demais. Em *gritou demais* tem-se a causa que acarreta a consequência contida em *O torcedor ficou rouco*.

Quanto às relações discursivas ou argumentativas

Os encadeadores de tipo discursivo são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos, sendo cada enunciado resultante de um ato de fala distinto. Neste caso, o que se assevera não é, como nas relações de tipo lógico, uma relação entre o conteúdo de duas orações, mas produzem-se dois (ou mais) enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro, que é tomado como tema. Assim, tais encadeamentos podem ocorrer entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos e, também, entre parágrafos de um texto: daí a denominação dada aos conectores por eles responsáveis de operadores ou encadeadores de discurso. Ademais, esses conectores, ao introduzirem um enunciado, determinam-lhe a orientação argumentativa. Por esta razão, são também chamados operadores argumentativos e as relações que estabelecem, relações pragmáticas, discursivas ou argumentativas (KOCH, 2003, p. 72).

Entre as principais desta relação está a explicação ou justificativa que ocorre quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro ato que justifica ou explica o anterior: Deve ter faltado energia por muito tempo, *pois* a geladeira está totalmente descongelada. (Explicação) (*idem*, p. 73-4; cf. também KOCH, 2006, p. 130; 2010, p. 35).

Do ponto de vista da enunciação, as relações do tipo discursivo são muito mais importantes, tanto que os operadores argumentativos têm sido alvo de uma série de estudos importantes, na perspectiva da Semântica Argumentativa. Entre esses estudos, podem-se mencionar os de Ducrot acerca dos operadores *para que, de modo que, porque, pois*; Ducrot e Vogt acerca do *mas*; Vogt acerca dos operadores de comparação (*mais que, menos que, tanto que, etc.*), *mesmo, ainda, também* e Vogt acerca do *porque, pois* e *já que* (cf. KOCH, 2006, p. 130-2). E, com esses trabalhos, evidencia-se que os períodos e enunciados articulados pelos operadores argumentativos citados caracterizam-se pelas seguintes condições:

1) O emprego desses períodos equivale a dois atos de linguagem diferentes.

2) O que se afirma é a relação existente entre o conteúdo de cada enunciado, introduzindo-se o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro. Para confirmar se se trata ou não de duas proposições, são utilizados cinco critérios: a) o alcance da pergunta, b) o alcance da negação, c) o encadeamento, d) a extraposição e e) a quantificação.

Exemplos:

Parou de chover, pois a calçada está seca.

Pedro veio à reunião porque a considerava importante.

a) Alcance da interrogação e da negação:

Segundo Koch (*id. ibid.*), nas frases ligadas⁶, tanto a interrogação quanto a negação incidem sobre todo o enunciado, ao passo que os enunciados introduzidos por operadores argumentativos não podem ser alvo de uma interrogação:

Interrogação:

? *Parou de chover (?) Pois a calçada está seca.*

? *Pedro veio à reunião porque a considerava importante?*

Negação:

? *Não parou de chover, pois a calçada está seca.*

? *Pedro não veio à reunião porque a considerava importante.*

b) Encadeamento:

Creio que [parou de chover], pois a calçada está seca.

Creio que [Pedro veio à reunião porque a considerava importante].

⁶ Frase ligada trata-se, segundo a autora (2006, p. 129), de “um único enunciado, resultante de um só ato de linguagem, visto que nenhuma das proposições é objeto de um ato de enunciação compreensível independentemente do outro. Exemplo: Jorge não compareceu à homenagem porque estava enfermo”.

c) Extraposição (tematização de um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico, do tipo *é... que, somente*):

? *É pois a calçada está seca que parou de chover.*

? *Somente parou de chover, pois a calçada está seca.*

É porque a considerava importante que Pedro veio à reunião.

Pedro somente veio à reunião porque a considerava importante.

d) Escopo da quantificação:

As crianças entrarão logo, pois está muito frio.

$\left. \begin{array}{l} \text{Poucas} \\ \text{Muitas} \\ \text{Algumas} \end{array} \right\} \text{crianças entrarão logo, pois está muito frio.}$

O quantificador, neste último exemplo, incide apenas sobre a primeira oração.

3) Os operadores argumentativos encadeiam enunciados, estruturando-os em texto, isto é, constituindo um discurso, ao passo que os operadores do tipo lógico encaixam uma oração em outra, transformando-a em termo desta, de modo a constituírem uma só oração com predicado complexo.

Constitui fato imperioso dar-se a devida importância às relações discursivas ou argumentativas na estruturação do discurso. A rigor, são elas que estruturam os enunciados em texto, na maioria dos casos por intermédio dos operadores argumentativos. Assim, de que outra maneira satisfatória se alcançaria a tessitura do texto senão por ingerência da estrutura argumentativa do discurso?

É, inquestionavelmente, a estrutura argumentativa do discurso a responsável pela ossatura (ou tessitura) do texto (cf. KOCH, 2006, p. 135).

Moura Neves

Neves (2000) alia-se, seguramente, à observação dos usos de fato ocorrentes no Brasil, para, refletindo sobre eles, oferecer uma organização que sistematize esses usos. As lições fazem, portanto, uma organização, numa gramática da língua portuguesa, das possibilidades de construção que estão sendo aplicadas pelos usuários a fim de obterem os efeitos de sentido pretendidos. Ainda que uma gramática de usos não seja, em princípio, normativa, para maior proveito ao consulente comum, a norma de uso é invocada comparativamente, de modo a informar sobre as restrições que

tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos. Isso justifica tanto a escolha como o tratamento diferenciado dado a essa obra da autora neste subitem.

Em Neves (*op. cit.*), a apreciação das construções complexas causais é representada na análise das orações iniciadas pela conjunção *porque*. Segundo a autora, além dessa, outras conjunções e locuções conjuntivas⁷, das quais nos deteremos apenas em *pois*, também expressam a mesma relação básica de causa entre duas orações.

Expressões linguísticas de ligação causal – as marcadas pelo conector *porque* ou seus equivalentes semânticos - encerram diferentes relações entre atos de fala e a expressão que motivou esse ato linguístico (cf. NEVES, 2000, p. 804-8, 815-8):

Exemplos:

a) Quando na oração principal ocorre um **ato de fala declarativo**:

Vou tirar férias, *porque* estou cansadíssimo.

b) Quando na oração principal ocorre um **ato de fala interrogativo**:

Mas onde reencontrar esse paraíso onde a nudez do primeiro homem e a nudez da primeira mulher eram tão puras que nem sequer permitiam uma serpente? *Porque* já não existem seres feitos de barro, mas apenas homens e mulheres feitos de carne.

c) Quando na oração principal ocorre um **ato de fala injuntivo (deôntico ou imperativo)**:

Fale, mas fale corajosamente, *porque* só assim poderemos chegar ao fim dos nossos sofrimentos.

Essas relações são consideradas, na tradição gramatical, dentro da coordenação, o que encerra algum sentido: não se articulam orações, mas períodos, cada um representando um ato de fala. Justifica-se, ademais, a denominação **explicativa** (oração coordenada explicativa), ao invés de **causal**, para a oração que exprime **causa**, já que na relação de causalidade entre diferentes atos de fala nunca está abrigada a causalidade real, efetiva, material, eficiente, e nem mesmo a causalidade emanada da visão dos fatos (“proposições”) do falante. Trata-se de uma relação mais frouxa do que uma relação verdadeiramente **causal** (em qualquer de suas subespécies, como **motivo**, **razão**, **justificativa** etc.) próximo de uma **explicação**.

⁷ Segundo a autora (*op. cit.*, p. 802-3), são conjunções causais, além de *porque*: *como*, *pois*, *porquanto* e *que* (= porque). E locuções conjuntivas, que têm, normalmente, o elemento *que* como final, e que envolvem, em geral: um elemento temporal ou um particípio passado, como em *já que*, *uma vez que*, *desde que*, *dado que*, *visto que*, *visto como*; uma conjunção, como em *pois que*; um elemento de intensificação, como em *tanto mais que*; uma preposição seguida de um nome/um pronome, como em *por causa que*, *por isso que*.

Essa maneira ampla de se considerar a relação causal pode abrigar, na classe das construções causais, as que se dão:

- a) Entre **predicações (estados de coisas)**;
- b) Entre **proposições (fatos possíveis)**;
- c) Entre **enunciados (atos de fala)**.

As relações se dão entre **predicações (estados de coisas)**. Assim estritamente entendidas, a relação causal pode implicar subsequência temporal do efeito em relação à causa. Exemplo:

EFEITO (POSTERIOR)		CAUSAL (ANTERIOR)
<i>Nossa conversa não foi adiante</i>	porque	<i>infelizmente, a confissão terminada, o reitor saiu do quarto e o ambiente logo mudou.</i>

A relação causal entre conteúdos, no entanto, não necessariamente envolve tempo.

Exemplo:

Mas o caso americano é *sui-generis* *porque* não há partidos políticos no país.

Relações marcadas por um conhecimento, julgamento ou, talvez, crença do falante, não se dão simplesmente entre predicações (estados de coisas), mas entre **proposições (fatos possíveis)**, passando, então, pela avaliação do falante.

Exemplo:

Do leite devemos fazer uso abundante *porque*, além de ter efeito específico sobre o crescimento do organismo, é muito rico em cálcio.

E, por fim, as relações entre um **ato de fala** e a expressão da causa que motivou esse ato linguístico, em conformidade com o que já vimos no início deste subitem.

Com Neves, vê-se que não é tarefa fácil refinar a interpretação semântica, de modo que se consiga uma distinção entre causa, razão, motivo, explicação, justificação etc. que possa responder pela distinção entre os dois grandes grupos que vêm contrastados, na tradição, sob os rótulos de “subordinadas causais” (como **a** e **b**, acima) e “coordenadas explicativas” (como **c**, acima).

Diferenças semânticas existem entre a explicativa e a causal, assim como, na vida, há diferenças entre a causa e a explicação (aquela é anterior ao fato, e esta, por sua vez, busca-se *a posteriori*). A explicativa é “lateralmente” uma causal. Há os que defendem que ela exprime uma relação de causa “mais frouxa”. Ela não exprime, na

verdade, uma causa referencial daquilo que é dito no enunciado da outra oração, mas a causa do ato e da atitude do locutor ao produzir seu enunciado. A título de exemplo, em *A moça vai viajar*, **porque** *vi seu passaporte* fica evidente que o fato de ter visto o passaporte não é a justificativa para a viagem da moça, mas é a justificativa para o ato de fala representado pelo enunciado da primeira oração (cf. CARONE, 2006, p. 72-3).

Gênero textual do *corpus*

As amostras utilizadas consistem em exemplos da língua escrita contemporânea de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, recolhidos a partir de exame de textos dos jornais *O Globo*, *Fluminense*, *Expresso*, *Extra* e *Meia Hora* e de revistas que têm um importante papel, ao lado dos jornais, como é o caso de *O Globo*, *Isto É*, *Galileu*, *Veja*, *Você S/A*, *Palavra & Vida*. Completam, ainda, o *corpus*, outros textos de linguagem formal, como *Manuais de Instrução e Manutenção*.

Sabe-se que o jornal foi, desde o início, uma ponte entre a notícia e o público interessado em conhecê-la. Desde a invenção da imprensa e do telégrafo, os jornais foram espalhados por todo o mundo relatando as grandes revoluções dos séculos XV ao XIX, consolidando-se como o principal meio de comunicação até os dias atuais.

Atrelada a essas inovações, é aproveitada, nos dias de hoje, a vantagem de existirem vários outros veículos de comunicação impressos, como, por exemplo, a revista - publicação periódica de cunho informativo, jornalístico ou de entretenimento, geralmente voltada para o público em geral - e os manuais de instrução e manutenção.

O foco para escolha das sentenças coletadas nos jornais e revistas mencionados (reprodução ou não da fala de alguém na reportagem), bem como nos manuais de instrução e manutenção, está direcionado para presença das conjunções e também para as relações de causa e explicação.

Análise das conjunções *pois* e *porque*

A essa altura do texto, inicia-se a análise do *corpus* com base no que se apresentou na fundamentação teórica. Agasalham-se a teoria escolhida e as perspectivas que os autores expostos discutiram em relação ao tema proposto, no que diz respeito especificamente às distinções de significado das conjunções *pois* e *porque*.

Com efeito, será mostrado que as operações realizadas por tais conjunções, ainda que parecidas, proporcionam nuances semânticas que as distinguem ligeiramente uma da outra.

Verificar-se-á se os exemplos do *corpus* podem ser submetidos a alguns dos testes propostos por Vogt (1989), Guimarães (2002) e Koch (2006), ou seja, o da pergunta, o da negação, o do encadeamento, o da extraposição e o da quantificação, sem romper-se semanticamente. Feito isso, também será verificado se dão o mesmo resultado, considerando-se que as conjunções *pois* e *porque*, no uso em que houver a ruptura do bloco, assumem valor explicativo, pois introduzem um ato de fala que explica o ato de fala da outra oração, ao passo que a conjunção *porque*, ao formar um único bloco com a outra oração, assume valor causal. Ela introduz a causa para o fato enunciado pelo verbo da outra oração.

A conjunção *pois*

Teste da pergunta

Quando submetidas as incidências colhidas para este estudo ao teste da pergunta, obtém-se:

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1a) O secador não deve ser manuseado por crianças? **Pois** existe o risco de acidentes.

Vê-se que a pergunta não alcança a frase toda. O que se pergunta é se **o secador não deve ser manuseado por crianças** e pergunto isso **pois existe o risco de acidentes**.

Teste da negação

Encontraram-se dois problemas ao submeter algumas frases à negação com ruptura do bloco:

1) Como negar uma oração negativa do tipo *João não veio à aula, pois estava doente* ou com partícula adverbial *João nunca veio à aula, pois estava doente*?

2) O teste da negação pode, ainda, provocar outros resultados estranhos:

João não faltou à aula, pois estava doente.

Enquanto *pois estava doente* pode ser entendido como justificativa para *faltou à aula*, fica estranho que seja justificativa para *não faltou à aula*. É importante mencionar esse fato para o conservar na memória no decorrer da análise, uma vez que alguns exemplos do *corpus* não puderam ser analisados pelo teste da negação pela primeira ou pela segunda razão.

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1b) * O secador não **não** deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes.

Encontra-se um problema ao submeter essa frase à negação com ruptura do bloco. Em face da presença do advérbio “não”, ficaria estranho, caso se reforçasse essa oração com outra negação. Esse mesmo problema foi detectado em outras ocorrências dessa conjunção, em nosso *corpus*, inviabilizando, assim, a aplicação desse teste na situação mencionada.

Teste do encadeamento

Agora, quando convertidas em subordinadas de outra proposição, obtém-se:

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1c) **Creio que** o secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes.

Nesta frase não foi o bloco *p pois q* que foi encadeado, mas somente a proposição *p*. Assim, **Creio que** encadeia-se com **o secador não deve ser manuseado por crianças** e depois **Creio que o secador não deve ser manuseado por crianças com pois existe o risco de acidentes**. Desse modo, vê-se que a explicação incide sobre **Creio que o secador não deve ser manuseado por crianças**. Em outras palavras, o que se justifica agora é a crença sobre o fato da proposição *p*.

Teste da extraposição

Neste subitem será tematizado um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico do tipo **É... que**. Assim, ver-se-á se a conjunção *pois* pode ser extraposta.

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1d) ***É pois** existe o risco de acidentes **que** o secador não deve ser manuseado por crianças.

Vê-se que sob o teste da extraposição obtém-se uma sentença inaceitável. A impossibilidade de extraposição da conjunção *pois* foi constatada em todas as suas ocorrências no *corpus*.

Teste da quantificação

Quando sob um quantificador, os enunciados são modificados para:

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1e) **Pouco** secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes.

Aqui, embora haja um elemento quantificável, vê-se que o teste não alcança um resultado adequado em função de efeitos de sentido que provoca. Esse problema inviabilizou a aplicação desse teste na maioria das ocorrências da conjunção *pois*, em nosso *corpus*. Colocar tais ocorrências, aqui, resultaria em repetir-se essa explicação.

A conjunção *porque*

Teste da pergunta

Quando submetidas as frases à interrogação, tem-se:

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2a) Quando as discussões cessam? **É porque** a indiferença já tomou conta dos corações.

A interrogação incide sobre o conteúdo da primeira oração. Com a evidente ruptura do bloco, tem-se a seguinte interpretação:

1^a) **Quando as discussões cessam?** e faço a questão **porque a indiferença já tomou conta dos corações.**

É possível que a pergunta incida também sobre a oração introduzida pelo **porque**; nesse caso, o bloco é conservado e apresenta-se outra interpretação:

2^a) A pergunta não é **quando as discussões cessam ou não. Sabe-se que elas cessam. A questão é se a causa de elas cessarem é o fato de a indiferença já tomar conta dos corações.**

Teste da negação

Ao se submeterem as frases à negação, será observado que a conjunção *porque* apresenta, novamente, um comportamento ambíguo, mas aqui, distintamente do que foi feito no teste anterior, é escusado formar novas frases para cada interpretação.

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2b) Quando as discussões **não** cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações.

A negativa incide sobre o conteúdo da primeira oração. Com a ruptura do bloco, tem-se a seguinte interpretação:

1^a) Nega-se que **as discussões cessam e essa negativa se dá pelo fato de a indiferença já ter tomado conta dos corações.**

A negação pode incidir também sobre a oração de **porque** e, assim, o bloco é conservado e apresenta-se outra interpretação:

2^a) **As discussões efetivamente cessam, porém isso não se deve ao fato de a indiferença já ter tomado conta dos corações (mas por outra razão).**

Teste do encadeamento

Agora, uma das proposições será convertida em subordinada de outra. Ver-se-á que, ainda nos casos de encadeamento, são possíveis duas interpretações. Assim, a primeira será para quando ocorre a ruptura e a segunda para quando ocorre a conservação do bloco:

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2c) **Creio que** quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações.

1ª) **Creio que as discussões cessaram, e a causa de minha crença é que a indiferença já tomou conta dos corações.**

2ª) **Creio que a causa de as discussões terem cessado é que a indiferença já tomou conta dos corações.**

Teste da extraposição

Neste subitem será tematizado um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico, do tipo **É... que**. Deste modo, observar-se-á se a conjunção *porque* pode ser extraposta.

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2d) * **É porque** a indiferença já tomou conta dos corações **que** quando as discussões cessam é.

Nesse caso tem-se uma sentença inaceitável, pois a ênfase já estava sobre a causa. Esse mesmo problema foi detectado na maioria das ocorrências da conjunção *porque*, em nosso *corpus*.

Teste da quantificação

Aqui os enunciados serão submetidos à ação de um quantificador, colocado no seu início. Será visto que também se pode obter, em algumas frases, duas interpretações, sendo a primeira para quando há ruptura e a segunda para quando há conservação do bloco. Será visto ainda, em outros casos, que este teste, ao ser aplicado, gera frases inaceitáveis.

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2e) * **Pouco** quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações.

Nesse caso, assim como em outras ocorrências da conjunção *porque*, em nosso *corpus*, a aplicação do teste gera uma frase inaceitável devido à falta de um elemento quantificável.

Considerações Finais

Neste estudo, mostrou-se que as conjunções *pois* e *porque* agasalham características peculiares, abordando a questão somente pelo lado semântico. O efeito de sentido de uma conjunção não é o sentido que ela toma num contexto, ou as modificações que lhe traz o contexto, mas, ao contrário, é a mudança produzida nesse contexto pela introdução de determinada conjunção. Ou seja, as nuances de significados entre essas conjunções baseiam-se no comportamento diferenciado de certas orações introduzidas por esses conectores.

Partiu-se do pressuposto de que um texto é uma unidade semântica - argumentativa - e que seu sentido é gerado a partir do encadeamento de enunciados. Com a aplicação dos testes ao nosso *corpus*, observou-se que a relação das proposições através da conjunção *pois* sofre, de fato, um rompimento semântico quando é submetida à negação, à pergunta, ao encadeamento e à quantificação. Já com *porque*, houve casos de ambiguidade: uma proposição em que o relacionamento entre as orações é mantido e outra em que ele é rompido.

Com efeito, rever as classificações propostas pelas gramáticas tradicionais quanto às orações causais e explicativas possibilitou dois procedimentos: discutir aspectos semânticos da argumentatividade no uso de conectivos que introduzem a explicação e a causa e apresentar nuances semânticas que distinguem as conjunções *pois* e *porque*. Assim, *pois* e *porque* (no seu uso em que permite a ruptura do bloco) têm valor explicativo, pois introduzem um ato de fala que explica o ato de fala de outra oração. Ao passo que a conjunção *porque*, ao formar um único bloco com a outra oração, tem valor causal. Ela é a causa para o fato enunciado pelo verbo da outra oração.

Autores como Koch (2006, p. 131-2) e Guimarães (2002, p. 39 - 41)⁸ aplicaram testes como os de Vogt (1989, p. 43-60) com as duas conjunções em questão. Coube, então, privilegiar os testes que estivessem mais próximos a questões de ordem semântica para verificar se o relacionamento das proposições através das conjunções *pois* e *porque* poderiam ou não se romper semanticamente.

⁸ Esses dois autores mencionados citam Vogt, ora na nota de rodapé de página (KOCH, 2006, p. 131), ora na abertura do estudo da conjunção *pois* (GUIMARÃES, 2002, p. 39). Daí pressupõe-se que a ele recorreram ao elaborar os seus próprios testes.

Sobre esse ponto, Vogt (*op.cit.*, p. 53, 56) afirma que os grupos *p pois q* não podem ser submetidos a uma negação, nem ser questionados, nem se prestar ao encadeamento, isto é, tornar-se em bloco a subordinada de uma outra proposição e nem constituir-se no escopo de um quantificador sem romper-se semanticamente. Acerca do bloco *p porque q*, esse mesmo autor afirma que, quando submetido às transformações mencionadas, apresentam uma frase ambígua, na qual uma das interpretações mostra sempre a integridade do bloco e a outra a sua ruptura, do ponto de vista semântico.

Koch (*op. cit.*, p. 130-1), por sua vez, assevera que os períodos formados por enunciados ligados por meio de operadores argumentativos apresentam como características o fato de cada período equivaler à realização de duas enunciações sucessivas. E, para verificar se se trata ou não de duas proposições, são utilizados os critérios de alcance da pergunta, alcance da negação, encadeamento do discurso, extraposição e quantificação.

Veja-se, então, que, das divergências encontradas, é possível considerar que:

- *pois* pode fazer aparecer, com a interrogação, com a negação, com o encadeamento, com a extraposição e com a quantificação, uma dissociação dos enunciados em dois atos de enunciação distintos;
- *porque*, como visto na ambiguidade gerada na aplicação dos testes, pode fazer aparecer, com a interrogação, com a negação, com o encadeamento, com a extraposição e com a quantificação, tanto uma dissociação dos enunciados em dois atos de enunciação distintos, quanto uma associação dos enunciados em um único ato de enunciação;
- em *p pois q* entende-se que o locutor diz o enunciado *p* e volta atrás para justificar sua afirmação ao produzir *q*;
- em *p porque q* entende-se que o locutor diz o enunciado *p* como algo conhecido, enquanto *q* pode ou não ser conhecido pelo interlocutor;
- *p pois q* pode corresponder a dois atos de enunciação, permitindo apresentar *q* como uma razão para crer *p* verdadeiro e, assim, permitir a justificação;
- *p porque q* pode formar um todo e corresponder a um ato único de enunciação que permite fornecer a explicação de um fato *p* conhecido pelo destinatário, estabelecendo uma nova relação de causalidade, a partir de *p* e de *q*;
- em *p pois q* a enunciação de *p* é seguida por uma segunda enunciação *q*, que justifica a primeira;

- em *p* porque *q* a enunciação de *p* é seguida por uma segunda enunciação *q*, que estabelece com ela uma relação de causalidade (cf. MAINGUENEAU, 1997).

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. – São Paulo: Publifolha, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CAMPOS, Cláudia Mendes. O percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. *Revista da ABRALIN*, v. 6, nº 2, jul./dez. 2007, p. 139-169.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6 ed. - São Paulo, Ática, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. Algumas propostas de análise da coordenação e da subordinação a partir do comportamento das conjunções da área da causa e da explicação. *SOLETRAS (UERJ)*, v. 1, p. 9-22, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. *Dizer e não dizer*. Princípios de semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FIÉIS, A.; LOBO, M. *Para uma diacronia das orações causais e explicativas do português*. Comunicação. XXIV Encontro Nacional da APL, Braga, Portugal, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. 3ª ed. - Campinas: Pontes, 2002.

ILARI, Rodolfo. *Um roteiro funcional para o estudo das conjunções*. Mimeo, 1996.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio. *Português para convencer: comunicação e persuasão em Direito*. São Paulo: Ática, 2006.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3 ed. – Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5 ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4 ed. – São Paulo: Editora Ática, 2007.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5 ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48 ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. 5 ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

SPÓSITO, Carolina Cau. Considerações funcionais acerca da relação adverbial causal. *Revista Mundo & Letras*. José Bonifácio/SP, v. 2, Julho/2011, p. 26 - 37.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.